



CARTA ANUAL 2017 ANO BASE 2016





COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

ÍNDICE

1. Composição Acionária.....	3
2. Interesse público subjacente às atividades empresariais.....	4
3. Atividades desenvolvidas.....	5
4. Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de políticas públicas.....	6
5. Recursos para custeio das políticas públicas.....	7
6. Comentários dos Administradores sobre o desempenho.....	7
7. Estrutura de Controles Internos e Gerenciamento de Riscos.....	9
8. Fatores de Risco.....	10
9. Dados Econômico-financeiros.....	10
10. Política ou prática de remuneração dos administradores.....	12

Carta Anual de Governança Corporativa – 2017

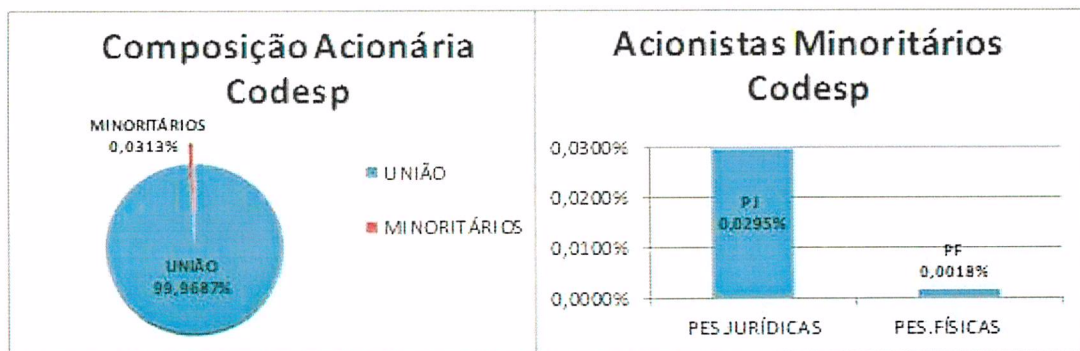
Em conformidade com a Lei 13.303/16, nos termos do art. 8º, incisos I, III e VIII, a presente carta corporativa tem por finalidade explicitar os compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas da Companhia Docas do Estado de São Paulo – Codesp, no ano de 2016, em atendimento ao interesse coletivo que justificou a autorização para sua criação, definindo claramente os recursos a serem empregados para esse fim, bem como divulgando informações relevantes, em especial as relativas à composição acionária, atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, metas a serem desenvolvidas, dados econômico-financeiros, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração. Essas informações serão a seguir detalhadas.

1. Composição Acionária

O capital social da Codesp é de R\$ 1.414.100.154,80, correspondentes a 273.765.717.017 ações sem valor nominal, sendo 136.882.858.511 ordinárias e 136.882.858.506 preferenciais, ambas as espécies nominativas e de classe única, autorizado pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 19/06/2015 e homologado na AGE de 27/11/2015, sendo a União Federal a acionista majoritária, com 99,97% das ações, representadas no gráfico abaixo.

Composição Acionária da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP

A composição acionária da Codesp em 31/12/2016 é representada pela figura abaixo.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]



COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

2. Interesse público subjacente às atividades empresariais

A Lei 6.022, de 10 de julho de 1975, autorizou o Poder Executivo a constituir a empresa pública denominada Empresa de Portos do Brasil S.A. – PORTOBRÁS que, por sua vez, através da mesma Lei, foi autorizada a constituir subsidiárias para a consecução de suas finalidades, sob a forma de sociedade de economia mista ou empresa pública, de acordo com os interesses e necessidades ditados pela administração dos portos e das vias navegáveis interiores.

Dessa forma, em 1º de outubro de 1980, através da Escritura Pública de Constituição nº. 194, registrada no Cartório do 2º Ofício de Notas de Brasília/DF, a PORTOBRÁS instituiu a Companhia Docas do Estado de São Paulo, com o objeto social de realizar em harmonia com seus planos e programas, a administração e exploração comercial do Porto de Santos e demais instalações portuárias localizadas no Estado de São Paulo, que lhe forem incorporadas.

Através do Decreto 85.309, de 30 de outubro de 1980, a União transferiu para a Codesp a guarda, responsabilidade e gestão dos bens móveis e imóveis de sua propriedade afetados ao complexo portuário de Santos.

Assim, com o término da concessão outorgada à Companhia Docas de Santos, a partir de 8 de novembro de 1980, a Codesp foi investida nos poderes de Administração, operação e exploração do Porto de Santos, para todos os fins de direito.

Em 25 de fevereiro de 1993, foi promulgada a Lei nº. 8630, conhecida como Lei de Modernização dos Portos.

A partir de então, os serviços que antes eram prestados exclusivamente pela Codesp, tais como atividades de carga, descarga e armazenagem, passaram a ser executados pela iniciativa privada, passando a Codesp a atuar exclusivamente como Autoridade Portuária.

Nos termos do artigo 21, inciso XII, alínea "f", da Constituição Federal, compete à União a exploração diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão a atividade portuária.

Assim, a Codesp foi instituída para desempenhar o serviço público federal, em regime de exclusividade, insuscetível de ser explorado por particular, exercendo, em lugar da União e em nome dela, o papel de Autoridade Portuária de Santos.

3. Atividades desenvolvidas

A Companhia Docas do Estado de São Paulo atua no setor Portuário, especificamente, no Porto de Santos, administrando-o e exercendo a autoridade, nos termos do que dispõe a Lei 12.815/13, novo marco regulatório dos Portos, que no seu artigo 17, determina que a Administração Portuária será exercida diretamente pela União, pela delegatária ou pela entidade concessionária.

Assim, alinhado ao interesse público, a Codesp desenvolve atividades que atendem às Políticas Públicas do Setor Portuário e ao seu objeto social conforme artigos 3º e 4º do Estatuto Social da Empresa, exercendo, dentre outras, as seguintes atividades:

- (I) Pré qualificação dos operadores portuários;
- (II) Arrecadação dos valores das tarifas portuárias;
- (III) Manutenção, melhoramento e conservação das instalações portuárias;
- (IV) Fiscalização da operação portuária, zelando pela realização das atividades com regularidade, eficiência, segurança e respeito ao meio ambiente;
- (V) Remoção das embarcações ou cascos de embarcações que possam prejudicar o acesso ao porto;
- (VI) Autorização da entrada e saída, inclusive atracação e desatracação, o fundeio e o tráfego de embarcação na área do porto;
- (VII) Autorização da movimentação de carga das embarcações;
- (VIII) Comunicação de infrações e representação perante a Antaq, visando à instauração de processo administrativo e aplicação das penalidades previstas em lei, em regulamento e nos contratos;
- (IX) Adoção das medidas solicitadas pelas demais autoridades no porto;
- (X) Organização da guarda portuária.
- (XI) Elaboração do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto;
- (XII) Estabelecimento, manutenção e operação do balizamento do canal de acesso e da bacia de evolução do porto;

No desenvolvimento de suas atividades, a CODESP atua de forma integrada com a sociedade e demais autoridades do setor portuário, de modo a garantir que a operação portuária exercida pelos operadores qualificados e pelos terminais arrendados se realizem dentro dos padrões de qualidade que o mercado requer.

Desse modo, importante agente do setor portuário Nacional, a Codesp tem o papel de manter e aprimorar a estrutura pública, em busca do aperfeiçoamento da atividade portuária, atuando como *longa manus* da União, promovendo a Administração do Porto de Santos, maior porto brasileiro.

4. Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de políticas públicas

A Codesp no desenvolvimento de suas atividades exerce boas práticas de governança corporativa e transparência, na consecução de políticas públicas, utilizando-se de sistemas eficazes de controle interno, que monitorem processos estratégicos, sistêmicos, operacionais e financeiros, atuando na prevenção de conflitos de interesse e atos de corrupção e exercendo uma gestão eficiente, orientada por objetivos definidos e resultados mensuráveis.

A missão da Companhia Docas é desenvolver, administrar e fiscalizar o Porto de Santos, oferecendo serviços e infraestrutura eficientes aos armadores, arrendatários, operadores portuários e terminais de uso privado (TUPs), bem como apoiar o poder público, o comércio e o desenvolvimento econômico com responsabilidade socioambiental.

A visão é ser uma Autoridade Portuária modelo em agilidade e competitividade, líder em eficiência, segurança e sustentabilidade; com foco em resultados e orientada à valorização do capital humano, de forma a tornar o Porto de Santos, o “hub port” do Atlântico Sul.

Para tanto, a Codesp traçou as seguintes metas:

- Alcançar equilíbrio econômico-financeiro auto-sustentável
- Tornar eficiente a utilização dos recursos financeiros
- Obter a confiança e o reconhecimento da sociedade e contribuir para o desenvolvimento regional e nacional
- Ser a primeira opção para expansão da atividade portuária
- Ser a primeira opção de navegação de longo curso e cabotagem
- Ser considerada a melhor Autoridade Portuária do Brasil em serviços de apoio e instalações
- Ampliar ações comerciais
- Melhorar a reputação da Autoridade Portuária
- Ter excelência nos processos de negócio e na tomada de decisão
- Ser o porto brasileiro com maiores índices de proteção à saúde e segurança do trabalhador portuário
- Ser a Autoridade Portuária que apresenta maior nível de serviço e eficiência na disponibilização de infraestrutura aquaviária e terrestre
- Ser referência na área de sustentabilidade ambiental e proteção ao patrimônio histórico cultural
- Prover ações de Tecnologia da Informação e Comunicação que suportem a estratégia
- Manter certificação em segurança pública portuária
- Exercer boas práticas de Governança Corporativa e Transparência
- Ter gestão estratégica de RH

- Atuar com foco em resultados

5. Recursos para custeio das políticas públicas

As atividades desenvolvidas pela Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp são custeadas com recursos próprios, advindos das receitas tarifárias arrecadadas em decorrência da movimentação de carga, receita patrimonial (calculada por metro quadrado de área, MMC – Movimentação Mínima Contratual e Sítio Padrão), oriunda dos arrendamentos de área e, ainda, receitas de aplicações financeiras. Parte da Receita Patrimonial é destinada a Investimentos na Infraestrutura da Codesp.

Para a execução de Investimentos, de grande porte, na infraestrutura (projetos específicos, obras), a Codesp conta com a participação da União (Acionista Majoritária) através de Recursos repassados pelo Tesouro Nacional, mediante lei específica e contabilizados como Créditos para Aumento de Capital.

6. Comentários dos Administradores sobre o desempenho

A Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp desenvolveu ações para manter a posição do Porto de Santos como o principal complexo portuário da América Latina. São ações e projetos que permitem não somente o recorde de participação na balança comercial brasileira - mesmo em momento de retração econômica, mas também a preparação do Porto para ser não somente o maior, mas o melhor porto para se operar. Além das atribuições da Autoridade Portuária, a gestão da Codesp, através do compromisso de sua diretoria, voltou-se para o fortalecimento da relação porto-cidade. O Porto está dentro da cidade e a cidade fica junto ao Porto, então é importante que haja uma interação maior entre a cidade e porto em todos os seus aspectos, seja social, cultural, esportivo e ambiental.

Programas sociais que valorizaram a Baixada Santista tiveram forte atenção por parte da Codesp, que incentivou projetos que, associados à marca Porto de Santos, agregaram valor frente a um ou mais públicos de interesse, gerando reconhecimento institucional.

O relacionamento com o Exército Brasileiro foi estreitado, com visitas de autoridades militares à presidência da Codesp. É crescente a integração do Exército com a gestão do porto, tendo como exemplo a participação em reuniões na Comissão Local das Autoridades nos Portos (Claps).



COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO AUTORIDADE PORTUÁRIA

Na relação permanente com os clientes do Porto de Santos, a Codesp retomou as reuniões do Comitê de Logística, participou do Comitê de Usuários de Portos e Aeroportos do Estado de São Paulo (Comus) e do Conselho da Autoridade Portuária (CAP).

A Codesp promoveu a reformulação do Plano de Auxílio Mútuo do Porto de Santos (PAM), visando à alteração de sua estrutura de funcionamento e o aprimoramento dos procedimentos de prevenção e atendimento a situações de emergência na área do Porto Organizado. Ações objetivando a eliminação de riscos e condições inseguras foram intensificadas através de treinamento, capacitação, conscientização e integração dos profissionais envolvidos neste setor. Procuramos garantir condições necessárias para instalações seguras, atuando com agilidade e precisão nas situações de emergência.

Na área de Recursos Humanos, a Codesp iniciou participação no primeiro Comitê de Gênero do setor portuário. Composto por 16 integrantes e 16 suplentes, faz parte do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) do Governo Federal. A empresa promoveu ação com depoimentos de funcionárias que atuam em profissões predominantemente masculinas.

A Diretoria Executiva da Codesp autorizou, ainda, a abertura de concurso público para preenchimento de vagas em diversas funções do quadro de carreiras da empresa, com formações técnicas profissionalizantes, ensinos médio e superior.

Destacam-se, ainda, os serviços de dragagem no Porto de Santos. A Codesp realizou um grande esforço para manter os serviços de dragagem em Santos. Uma equipe extremamente competente que, em tempo hábil, permitiu a contratação de empresa altamente qualificada que agora garante cobertura e efetiva tranquilidade para a Codesp e nossos parceiros arrendatários, através de um contrato de um ano, prorrogável por mais quatro, gerando absoluta garantia na prestação do serviço de forma continuada.

Nas demais frentes, tivemos a conclusão de mais uma etapa do realinhamento do cais de Outeirinhos, principal obra portuária de construção de cais no país.

Com relação ao sistema viário, além do início da etapa entre o canal 4 e a Ponta da Praia, temos ainda projetos em andamento em conjunto com os governos do estado e municipal que demandam contrapartidas necessárias a sua realização.

Quanto ao desempenho financeiro, a crise econômica que assolou nosso país em 2016 refletiu na Receita Tarifária, tendo em vista a retração na movimentação de carga no Porto de Santos. Desta forma, mesmo com o reajuste

tarifário de 31,7% a partir de 08-05-2015, a receita se manteve no mesmo patamar de 2015. Junte-se a esse quadro a suspensão do faturamento a partir de junho/2016 da Embraport (Pendência Judicial – R\$ 2,2 milhões/mês).

No que tange à Receita Patrimonial, destacamos que, com a unificação do Contrato da Libra Terminal 35, ocorrida em 2015, atualmente a Codesp recebe o que efetivamente fatura.

Em relação aos dispêndios, destacamos a aplicação de R\$ 74,6 milhões na Dragagem de Manutenção, o que manteve a operacionalidade no canal de acesso ao Porto de Santos, bem como a conclusão das obras de recuperação do Píer da Alamoia, custeadas com Recursos Próprios no valor de R\$ 9,6 milhões.

7. Estrutura de Controles Internos e Gerenciamento de Riscos

Em 13/07/2015 foi aprovado o Organograma da nova Estrutura Organizacional da Codesp, até o nível de Gerente, pela Deliberação CONSAD nº 35.2015, que cria a Gerência de Riscos e Controles Internos, subordinada a Superintendência de Desempenho, Riscos e Conformidade. Em 26/08/2016, pela Decisão DIREXE nº 423.2016 foi aprovado o Instrumento Normativo – Gerir Riscos e Controles Internos, que disciplina o fluxo de ações a serem desempenhadas pela área.

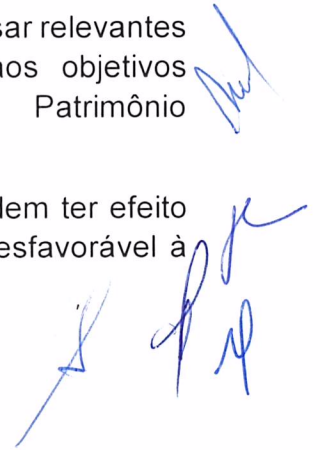
O modelo de governança de riscos vem seguindo o estabelecido no Regimento Interno da Codesp e na Resolução CGPAR nº 18, os quais demandam as diretrizes específicas para identificação dos riscos.

Destaca-se, ainda, a área de Ouvidoria, responsável pelo canal de denúncias.

8. Fatores de Risco

Estão relacionados aqui os principais fatores de risco, que poderão causar relevantes impactos nos processos estratégicos da CODESP, no tocante aos objetivos Econômico-Financeiro, Mercados-Clientes, Processos Internos, Patrimônio Humano:

- Existência de diversas ações judiciais de grande vulto que podem ter efeito adverso relevante sobre o negócio, caso seu desfecho seja desfavorável à Companhia;



- Inadimplência das arrendatárias e de terminais privativos, provocando efeito adverso sobre os negócios, a condição financeira e o resultado operacional;
- Indisponibilidade ou atraso na prestação dos serviços de dragagem;
- Possibilidade de certos armadores transferirem suas cargas para terminais fora do porto organizado, provocando perda de receitas;
- Dependência de decisões da ANTAQ e Secretaria Nacional de Portos que influenciam na administração da Autoridade Portuária;
- Violações ao sistema de segurança que poderiam comprometer as operações na área de Tecnologia de Informação;
- Impossibilidade eventual de conclusão do programa de investimentos no prazo pode afetar a operação e o desenvolvimento do negócio;
- Greves e paralisações dos empregados e/ou das partes relacionadas com o ambiente portuário;
- Falta de monitoramento do cenário externo e da atuação das demais empresas do setor portuário;
- Fragilidade nos controles internos pela inaplicabilidade dos Instrumentos Normativos aprovados, por inobservância da conformidade com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, possibilitando sanções, pelas Agências Reguladoras, Ambientais ou Órgãos de Controle (TCU, CGU);
- Possibilidade de sofrer perdas em decorrência da demora em se resolver situações pendentes envolvendo créditos e débitos da Companhia.

9. Dados Econômico-Financeiros

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016 foram preparadas e auditadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis aos exercícios findos nos anos apontados acima.

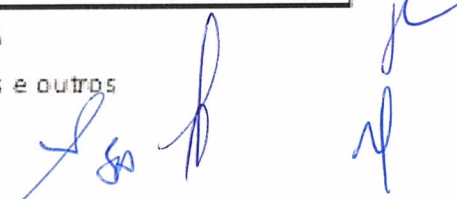
A planilha a seguir demonstra a síntese dos principais indicadores de performance financeira da Companhia.

SÍNTESE DOS PRINCIPAIS INDICADORES DE PERFORMANCE E GESTÃO				
DESCRIÇÃO	2015	2016	Crescimento Nominal	Índice de Crescimento
RESULTADOS ECONÔMICOS - R\$ mil				
Receita Operacional Líquida	839.550	793.117	-46.433	-5,5%
Receita Operacional	943.622	889.689	-53.933	-5,7%
Resultado Líquido de Balanço	-94.922	-22.465	72.457	-76,3%
Patrimônio Líquido (PL)	1.398.375	1.375.910	-22.465	-1,6%
Taxa de Retorno do PL	-6,8	-1,6	5,2	76,5%
RESULTADOS FINANCEIROS - R\$ mil				
Caixa e Bancos	97.207	135.560	38.753	39,9%
Passivo Circulante + Não Circulante	1.173.240	1.383.055	209.815	17,9%
INDICADORES DE LIQUIDEZ = R\$ disponíveis para R\$ de dívida				
Liquidez Imediata (LI)	0,31	0,31	0,00	0,0%
Liquidez Corrente (LC)	0,49	0,54	0,05	10,2%
Liquidez Seca (LS)	0,48	0,54	0,06	12,5%
Liquidez Geral (LG)	1,13	1,02	-0,11	-9,7%
RESULTADOS OPERACIONAIS				
Movimentação de Carga em ton/mil				
Total	119.977	113.816	6.116	5,1%
Exportação	87.566	81.424	-6.142	-7,0%
Importação	32.366	32.392	26	0,1%
Movimentação de Contêineres - mil				
Em unidades	2.454	2.358	-96	-3,9%
Em Teus	3.780	3.564	-216	-5,7%
Em Tonelagem	41.196	40.424	772	-1,9%
CONSIGNAÇÃO DOS NAVIOS MOVIMENTADOS (Tons/Navios-Viagens)				
Nº Navios - Viagens (*)	4.901	4.585	-316	-6,4%
Tons/Navios - Viagens (*)	24.471	24.824	353	1,4%
TEUS/Navios - Viagens (**)	1.615	1.680	65	4,0%
MOVIMENTO DE NAVIOS - unidades	5.144	4.723	421	8,2%
MOVIMENTO DE PASSAGEIROS - unidades	819.712	594.494	-225.218	-27,5%
MOVIMENTAÇÃO DE VEÍCULOS - unidades				
Total	246.247	197.871	51.368	-21,7%
Exportação	184.367	172.414	11.953	-6,5%
Importação	61.874	20.459	41.415	-66,9%
INDICADORES DE RECURSOS HUMANOS				
Quadro de Pessoal (nº de empregados)	1.493	1.534	41	2,7%
Despêndios com Pessoal (R\$ mil)	329.292	348.014	18.722	5,7%

Notas: (1) Variação do IPCA no período (jan/15 a dez/16) = 16,19%

(*) Do número total de navios, foram excluídos o de passageiros e outros

(**) Somente navios dedicados à movimentação de contêineres



Mais informações acerca dos dados econômico financeiros da Codesp podem ser consultadas no Relatório de Administração, disponível em <http://www.portodesantos.com.br/relatorio.php>

10. Política ou prática de remuneração dos administradores

Conforme previsto no Estatuto Social da Codesp, em seu art. 36, a remuneração e demais benefícios dos integrantes dos órgãos da Administração são fixados anualmente pela Assembleia Geral Ordinária – AGO, observadas as prescrições legais.

Os valores são definidos dentro das bases legais, equilíbrio interno, desempenho da Empresa e dos diretores individualmente. A remuneração total engloba remuneração fixa, remuneração variável e benefícios, aprovados previamente pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, do Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão.

A Codesp possui o Programa de Remuneração Variável (RVA), regido pela Lei n.º 6.404/76 (Sociedades por Ações), baseado no múltiplo de honorário pago em 4 anos. Adota também o Honorário Variável Mensal – HVM, parcela do honorário mensal pago por trimestre. Tanto a RVA como o HVM são ponderados pelo cumprimento das metas pela Diretoria Executiva, estabelecidas pela Secretaria Nacional de Portos.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp declara que aprovou nesta data a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, referente ao exercício de 2016, em conformidade com o inciso V do art. 8 da Lei nº 13.303, de 30.06.16.

Em 15 de dezembro de 2017.



José Alfredo de Albuquerque e Silva
PRESIDENTE



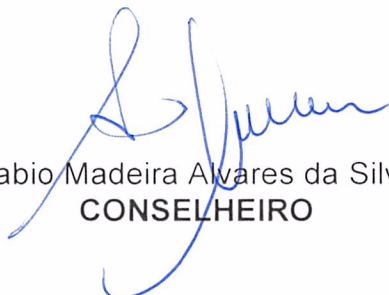
Maria da Glória Felgueiras Nicolau
CONSELHEIRA



João Bosco Camargo de Sousa,
CONSELHEIRO



Marcio Calves
CONSELHEIRO



Fabio Madeira Alvares da Silva
CONSELHEIRO



João de Andrade Marques
CONSELHEIRO